



ENCAMINHADO AS COMISSÕES

*Justiça e Redação; Especial.*

29 NOV. 2010

# Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

"Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio"

MOÇÃO N.º 068/2010

MOÇÃO DE APLAUSO



Lido na Sessão  
29 NOV 2010  
*[Signature]*  
1º Secretário(a)

LEOCIR FACCIO – PDT, e VEREADORES ABAIXO

**ASSINADOS**, com assento nesta Casa, de acordo com o Artigo 136, do Regimento Interno, requerem à Mesa, ouvido o Soberano Plenário, que seja concedida **MOÇÃO DE APLAUSO** Profª Mestra em Educação Janete Rosa da Fonseca.

*A referida homenagem deve-se a Profª Mestre em Educação pelos dois artigos publicados com a qualidade Qualis A1 pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).*

*A tese dos Artigos foram: **A Ecopedagogia Como Resultado de uma Educação Cooperativa e a Gestão Escolar e Suas Implicações No Currículo: A Produção de Identidades na Sociedade do Conhecimento (anexo)**, os mesmos foram apresentados no IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade em São Cristóvão, Estado de Sergipe, ocorrido nos dias de 22 à 24 de setembro de 2010.*

*O Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade, foi organizado pelo "Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Contemporaneidade" da Universidade Federal de Sergipe, teve como objetivo promover o debate em torno de algumas das questões inadiáveis no campo da Educação.*

*Sob essa perspectiva, o debate, enquanto espaço salutar e necessário ao diálogo entre a Universidade e a Sociedade, constitui-se no ambiente propício à socialização do conhecimento produzido sobre relevantes temas da Educação no Brasil e no mundo, sem perder de vista as diferentes perspectivas teóricas e políticas que estimulam pesquisadores e pesquisadoras, docentes e estudantes.*

*É nesse contexto mais geral que se insere o Colóquio Educação e Contemporaneidade, que objetiva ampliar e aprofundar a interlocução com diferentes setores organizados da sociedade civil, com as demais entidades científicas e com setores governamentais estratégicos, visando contribuir e interferir no debate, na formulação e implementação das políticas educacionais voltadas a garantir os direitos dos cidadãos brasileiros.*

*A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.*



# Câmara Municipal de Sorriso

## ESTADO DE MATO GROSSO

"Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio"

*Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.*

*A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.*

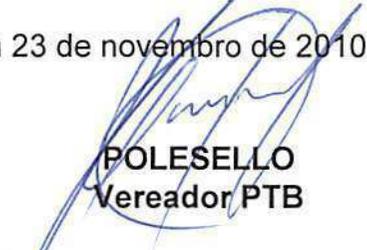
*A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.*

*Os artigos foram publicados em um CD, a organização optou por esse recurso porque é mais barato, pois, o evento teve a participação de 1.200 mestres e professores e o livro ficaria um recurso com o custo maior.*

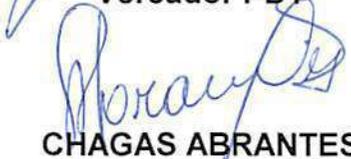
Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 23 de novembro de 2010.

  
**LEOCIR FACCI**  
Vereador PDT

  
**LUIS FABIO MARCHIORO**  
Vereador PDT

  
**POLESELLO**  
Vereador PTB

  
**CHACRINHA**  
Vereador PR

  
**CHAGAS ABRANTES**  
Vereador PR

  
**ROSEANE MARQUES**  
Vereadora PR

  
**PROFESSORA MARISA**  
Vereadora PSB

  
**PAULO DA FARMÁCIA**  
Vereador PMDB

  
**VANZELLA**  
Vereador DEM

**GERSON FRANCI**  
**JABURU**  
Vereador PSB

## **A ECOPEDAGOGIA COMO RESULTADO DE UMA EDUCAÇÃO COOPERATIVA**

Janete Rosa da Fonseca – Faculdade UNINOVA – Faculdade FASIPE

projetistadm@gmail.com<sup>1</sup>

**EIXO TEMÁTICO: Educação, sociedade e práticas educativas.**

### **RESUMO**

Este artigo traz a reflexão sobre práticas pedagógicas que efetivamente levem para a sala de aula a discussão sobre propostas que permitam aos nossos alunos, acadêmicos das licenciaturas, neste caso especificamente de um curso de Pedagogia e nossos docentes, a conscientização de que o desenvolvimento da verdadeira Ecopedagogia vai além de conhecer problemas ambientais, mas sim de conhecer, esclarecer e atuar de forma a ensinar a importância de preservar. Através de discussões desenvolvidas sob a forma de tempestade de ideias em debates em sala, organizou-se uma proposta para ser colocado em prática no período de estágio dos acadêmicos do 4º ano de Pedagogia nos municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum no estado de Mato Grosso, junto às turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, envolvendo as famílias, a Escola e a sociedade.

**Palavras-chave:** Ecopedagogia. Sociedade. Conscientização.

### **ABSTRACT**

This article presents a reflection on pedagogical practices that effectively lead to classroom discussion of proposals that enable our students, the academic degrees, in this case specifically a pedagogy course and our teachers, an awareness that the development of true Ecopedagogy goes beyond known environmental problems, but to know, clarify and act to teach the importance of preserving. Through discussions held in the form of storm ideas in class discussions, organized a proposal to be put into practice during the training of students of the 4th year of Education in the counties of Lucas do Rio Verde and Nova Mutum-state Mato Grosso, along the courses of the early years of elementary school. The proposal involved the families, school and society.

**Key-words:** Ecopedagogia. Sociedade. Awareness.

## INTRODUÇÃO

Trabalhar no dia a dia da prática docente, ou seja, na sala de aula, com a Ecopedagogia, conceito ainda em construção é um desafio aos próprios professores, pois enquanto profissionais os docentes são constituídos em outro contexto e, portanto é preciso quebrar o paradigma descomprometido com a sustentabilidade no qual muitos estão acostumados, ou seja, a proposta é sair da zona de conforto.

Uma gestão cooperativa relacionada com as questões ambientais vai muito além das discussões que estamos tentando propor no meio acadêmico. Outra questão que nos remete a reflexão diz respeito à dificuldade e a tendência que a grande maioria das pessoas tem em achar que os recursos da natureza são infinitos e, portanto não precisam se preocupar com eles, tão pouco com a intensidade do comprometimento que aqui estamos propondo. Em razão dessa complexidade é que há necessidade de se estabelecer processos educativos cooperativos que levem as pessoas a adquirirem conhecimentos e habilidades e desenvolverem atitudes para intervir de forma participativa nos processos que promoverão a qualidade ambiental.

Após uma reflexão sobre as concepções, práticas e costumes nocivos a promoção da vida, constata-se que os educadores devem acreditar na Escola enquanto ambiente local onde a criança, jovem e/ou adulto permanece boa parte de sua vida e tem uma grande parcela de contribuição na construção/reconstrução dos bons hábitos voltados a sustentabilidade do planeta.

Porém a Escola não deve responsabilizar-se sozinha por esta ação. É preciso que se desenvolva uma visão sistêmica desse processo para que o princípio pedagógico da Educação Cooperativa seja realmente alcançado. De forma que a escola terá que se articular com os demais órgãos públicos também responsáveis pela questão vital da preservação do meio ambiente e o conseqüente estabelecimento de uma Ecopedagogia. Ou seja, a perspectiva holística da promoção da vida precisa desse tipo de ação para ser alcançada. Uma vez estabelecidos estes vínculos propositivos, deve-se procurar obter o envolvimento, a comunicação e o compartilhamento de ações voltadas para conscientização dessa problemática. Conforme Freinet (*apud* SEBARROJA, 2003), o princípio da cooperação exige a criação de um ambiente na sala de aula em que existam elementos mediadores na relação professor-aluno e que estas se traduzem em peculiaridades é aí então que a Escola se abre para a vida.

Por outro lado, a Escola deve responsabilizar-se por esta problematização, relacionando-a ao entusiasmo pela promoção da vida. Enfim, a pedagogia biófila é um desafio coletivo que deve ser trabalhado em co-responsabilidade. Ensinar a cuidar/zelar da vida, plano em que a Escola tem a maior facilidade para realizá-lo dado que o processo de formação dos educandos não acontece de forma abrupta e sim numa trajetória longa.

No que se refere a uma Educação Cooperativa, entende-se que ela é possível quando a Escola na figura de seus gestores adota desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico, metas voltadas á implementação deste modelo de Educação que vai exigir do corpo docente da Instituição uma maior “integração” que vai se tornar possível através dos espaços de formação continuada, das trocas de informações e aprendizagens e da quebra do velho paradigma do individualismo, solidão pedagógica, nos quais muitos profissionais preferem mergulhar. Uma vez superada esta barreira o cooperativismo docente pode aumentar ou alcançar maior eficácia através do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da interação entre os profissionais dos diferentes períodos letivos proporcionando e/ou facilitando um espírito didático cooperativo na comunidade Escolar.

Quanto a conseguir através da Educação cooperativa implantar/desenvolver na Instituição uma Ecopedagogia, é outro desafio, pois exigirá disciplina e comprometimento no sentido de enfrentar os problemas relacionados com a ausência da temática nos currículos escolares. Muito embora tenhamos decretos, normativas e outras diretrizes legais a respeito da Educação Ambiental ainda enfrentarão no âmbito escolar o desafio de inseri-la enquanto objeto de estudo no rol dos conteúdos a serem estudados ao longo do ano letivo.

Resolvidos os problemas de adequação tanto do corpo docente quanto do currículo em relação ao tema proposto, é relevante que os docentes da Instituição Escola procurem priorizar os problemas ambientais mais proeminentes da ambiência de seus alunos, inserindo-os dentre os conteúdos a serem trabalhados pedagogicamente. Para isso são necessárias ações voltadas para desenvolver um conjunto de competências didáticas, assim como também pensar, adotar e/ou renovar ações didático/pedagógicas que promovam a efetiva participação dos educandos nesse processo de Educação Cooperativa. Leituras, produções de texto, reflexões em sala de aula, vídeos e filmes adequados e pertinentes as problemáticas propostas. Estudos de caso, levantamento de dados através da internet enfim, é necessário que o professor se supere e busque sentir, pensar e atuar de forma diferenciada na construção da Ecopedagogia na prática docente.

## ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS

A prática docente também perpassa pelo bom relacionamento interpessoal, e uma boa interação professor aluno. Nesse sentido, há necessidade de se ter um ambiente cooperativo, aonde os alunos não sejam apenas reprodutores, mas também construtores do seu conhecimento. O ambiente cooperativo possui algumas características tais como o respeito mútuo, as atividades grupais que favoreçam a reciprocidade, a ausência de esquemas de punições e de decisões, o igual valor a todas as opiniões e aos diferentes argumentos.

Para Henderson (1996) (apud BROTTTO, 2003) O desenvolvimento da Cooperação como um exercício de co-responsabilidade para o aprimoramento das relações humanas em todas as suas dimensões e nos mais diversificados contextos, deixou de ser apenas uma tendência, passou a ser uma necessidade e em muitos casos, já é um fato consumado.

O que caracteriza uma sala onde a relação é fruto de cooperação entre os membros do grupo é o fato dos problemas serem enfrentados, em conjunto, pelo grupo e pelo professor. Por isso ela não será nem silenciosa, nem passiva. Desse modo, nos ambientes educacionais se faz necessário fortalecer as práticas de convivência, incorporando-as ao cotidiano das crianças e adolescentes. Porém, quando falamos em grupo, precisamos considerar as palavras de Ortega e Del Rey (2002, p. 51) no sentido de entender o significado da palavra grupo:

Não se trata de dissolver o indivíduo num ente desconhecido, chamado grupo, mas de tomar consciência de que a vinculação ao grupo nos aporta à verdadeira dimensão social e ao único referencial real sobre nosso comportamento intelectual, afetivo e moral.

Sabemos que existem muitos obstáculos encontrados para a construção de uma aprendizagem significativa e prazerosa como concorrer e/ou controlar a interferência dos aspectos externos como a pouca motivação, a baixa auto-estima e ainda a falta do conjunto das competências didáticas do profissional, metodologias, estratégias, planejamento e adequação. E dentro dessa perspectiva precisamos enfrentar estas dificuldades, através de reflexões, diálogo, onde os professores possam inseri-los no processo em questão. Como nos diz Alarcão (1998, p. 76), “na aprendizagem cooperativa permite-se o confronto de pensamento entre pares e pequenos grupos. O contexto social da aprendizagem tem muita influência no desenvolvimento de determinadas atitudes”. Isso nos remete a pensar na perspectiva de um processo de aprendizagem que permite uma mudança em questões culturais que estão arraigadas em nosso convívio social. Temos ainda que abordar o paradoxo da

necessidade da Educação dos Educadores, isso significa reaprender a aprender e certamente aprender é bem mais fácil que reaprender algo, pois significa reeducar a si próprio, sentir a necessidade do problema e a partir de sua reeducação ajudar outros em seu processo de reorganizar pensamentos e ações referentes a uma Ecopedagogia de fato.

Conforme Quintas e Oliveira (*apud* BERTÉ, 2007), no processo de transformação do meio ambiente, de sua construção e reconstrução pela ação coletiva dos seres humanos são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade com o meio natural (homem-natureza), dessa forma e de acordo com a abordagem do autor devemos nos questionar sobre nosso verdadeiro relacionamento com a natureza. Em nossa atuação como educadores devemos nos utilizar da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade, da pluri e da multidisciplinaridade para trabalhar as questões referentes à educação ambiental no espaço de sala de aula mas, e nós educadores? Praticamos realmente a Ecopedagogia ou a Pedagogia Biófila? Quantos de nós educadores caminhamos quadras e quadras a procura de uma lixeira para depositar um papel de bala, um palito de picolé, uma latinha de refrigerante, ao invés de jogarmos na rua? Ainda podemos nos reportar a partir da reflexão provocada acima ao que nos diz Berté (2007, p. 23-24):

Ao se relacionar com a natureza e com outros homens, o ser humano produz cultura evidenciada por suas manifestações, ou seja, cria valores, modos de fazer, de pensar, de perceber o mundo, de interagir com a própria natureza e com os outros seres humanos, que constituem o patrimônio cultural construído pela humanidade ao longo de sua história.

Isso nos mostra que depende imensamente das nossas práticas no meio social para que possamos produzir mudanças. Nossa sociedade possui valores de conduta moral e social que interferem diretamente nos valores de preservação e conservação, o que muitas vezes impede à instalação de uma Pedagogia Biófila, a pedagogia para a preservação da vida. Existem muitos conflitos sociais presentes em nossa estrutura educativa, estes conflitos que são em sua maioria gerada a partir de interesses individuais acabam por vir a tornarem-se coletivos. A proposta discutida aqui é desenvolver uma interação cujo princípio maior seja a cooperação entre os diferentes atores sociais que podem (e devem) com ações conscientes reduzir os impactos sociais já existentes.

A Educação cooperativa é o caminho para um meio ambiente equilibrado, evitando assim os riscos à qualidade de vida da nossa população. Terena (*apud* MORIN, 2000, p. 22), nos diz, “nossos velhos dizem: tudo o que fazemos estamos construindo alguma coisa, até

mesmo para as pessoas que não nasceram. Tudo o que construímos hoje vai recair sobre os seres humanos futuros”. Como citado anteriormente, se faz necessário e urgente um repensar de nossas ações como educadores, um ressignificar de aprendizagens para que tenhamos uma Educação realmente voltada para o estabelecimento de uma Ecologia Integral fundamentada em uma proposta cooperativa que envolve e responsabiliza todos os sujeitos que tornar-se-ão protagonistas da mudança de relacionamento entre homem, natureza e sociedade.

Conforme Ausubel (*apud* BOCK, 1999), a aprendizagem consiste em disposições internas (de quem ensina e de quem aprende) e materiais potencialmente significativos. Assim, o que pode haver de mais significativo do que respeitar o meio em que vivemos? Podemos ainda fazer referência a Rogers (2004), quando nos diz que o organismo humano sabe o que é melhor para ele, porém existe o conflito entre o indivíduo e o que a sociedade exige dele, ao ser pressionado a corresponder a expectativas sociais as pessoas desenvolvem mecanismos que os limitam a encontrar relações harmoniosas entre natureza e sujeito. Assmann (1998, p. 51), aborda que “falamos de um encontro que apenas começa a ocorrer e que se reveste de urgência devido ao papel importante para pedagogia de certos conceitos deriváveis das biociências atuais como o de auto-organização e outros”.

Sobre as práticas pedagógicas necessárias para que este conhecimento tenha espaço, nos reportamos a Morin (2000, p. 28).

[...] os princípios do conhecimento desenvolvidos pela ciência até o final da primeira metade do nosso século, era um princípio de separação homem natureza. A idéia era a de que , para o conhecimento do homem deveríamos rechaçar, eliminar tudo o que fosse natural, como se nós, o nosso corpo e organismo fossem artificiais, ou seja, separação total.

Dessa forma podemos realmente acreditar que uma mudança na Educação se faz verdadeiramente necessária.

No entanto, faz-se necessária a participação da família para que se possa estabelecer e construir uma educação significativa. Segundo Gadotti (2000), a Ecopedagogia só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista Ecológico (Ecologia Integral) que implica numa mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais.

A proposta da discussão sobre a Ecopedagogia não envolve somente meios de preservação e sustentabilidade, é necessário que coloquemos em prática, ou seja, que levemos nossos alunos a observar com outros olhos o que está acontecendo com a vida do nosso planeta, que vejamos a terra como nossa mãe, um organismo vivo em constante evolução e que devemos cuidá-la e conservá-la da maneira como a recebemos, para que as próximas gerações possam recebê-la exuberante e plena. Sabe-se hoje que um dos muitos problemas relativos a nosso meio ambiente está atrelado às questões que envolvem o destino do lixo que produzimos e que este representa um grave problema na sociedade, por poluir o ambiente. É muito importante então que se conheçam os malefícios que o lixo pode causar, relacionando assim através de uma educação ecopedagógica para que nossos alunos tenham uma visão mais crítica desse problema, que está presente em seu cotidiano e que muitas vezes passa despercebida pelos mesmos. Ressalta-se também a importância de aulas contextualizadas para obter um melhor aprendizado. Observando nosso ambiente escolar percebemos a necessidade de desenvolvermos aulas e atividades direcionadas para comunidade escolar, sobre o destino do lixo, em especial o papel, que é jogado na sala e no pátio da escola. Devemos pensar em alternativas para desenvolvermos atitudes que venham ao encontro com as reais necessidades da comunidade.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Toda esta discussão foi promovida junto aos acadêmicos do Curso de Pedagogia da Fundação de Ensino Superior de Nova Mutum, nas turmas dos municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, localizados no norte do Estado de Mato Grosso. A proposta baseou-se em levar esta discussão para o centro de uma tempestade de ideias que visassem o desenvolvimento de estratégias para que os acadêmicos colocassem em prática junto às Escolas onde realizam seus estágios nos anos iniciais do Ensino Fundamental. No intuito de promover no aluno hábitos ecológicos relacionados ao uso e destino do lixo, neste contexto o aprendizado deve possibilitar ao aluno a compreensão tanto dos processos de reciclagem e reutilização, quanto suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas. Fornecendo conhecimentos relevantes ao assunto, sempre fazendo relação com o cotidiano dos alunos, para que os mesmos possam criar uma ideia crítica com embasamento científico sobre esse grave problema social.

Dessa forma, os acadêmicos propuseram aos alunos uma atividade, onde foi realizada a coleta dentro da sala de aula, a princípio apenas de papel, por um período de uma semana, sendo ao final dessa atividade feita uma pesagem para analisar a quantidade de papel que poderia ser reciclado e que está sendo normalmente jogado fora. Através desses dados mostrou-se aos alunos o desperdício de um material que poderia ser reutilizado.

Portanto, esta atividade levou alunos, acadêmicos estagiários e demais envolvidos na Escola a conscientizarem-se que se pode armazenar o lixo (papel) recolhido na escola com o propósito de efetuar uma reciclagem onde toda a comunidade escolar poderá participar da produção de material, como objetos artísticos e utilitários (cestas, porta retratos, cartões, porta trecos, embalagens para presentes), que o aluno possa levar para casa e utilizar na sua vida cotidiana. Inclusive mostrando que essa atividade pode ser rentável a toda a sua família, e desenvolvida na sua própria residência a um custo reduzido. Diante disso, organizou-se ainda o planejamento de aulas contextualizadas sobre a questão do desmatamento ocorrido para a produção do papel que sensibilizaram nossos alunos para a questão ecológica sobre: Retornar, Reutilizar, Reciclar, Reduzir.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Mediante estudos realizados, no âmbito da Ecopedagogia e da necessidade de uma Educação Cooperativa para o estabelecimento dessa Ecopedagogia espera-se desenvolver um trabalho junto aos educadores, alunos e sua família que promovam a consciência da importância da preservação do meio ambiente.

O futuro não é inevitável, mas uma questão de escolha. Quem faz escolha, escreve sua própria história, constrói seus próprios caminhos.

Apesar de não conseguirmos perceber alguns fenômenos, eles estão acontecendo e modificando a paisagem, o que observamos representa apenas um momento dentro do longo e contínuo processo de transformação pelo qual passa o nosso planeta, em uma escala de tempo de milhões e milhões de anos. Estas transformações são atitudes do homem na sua relação com o Meio Ambiente onde tem variado através do tempo entre regiões e culturas, assim trazendo novos desafios para tratar a questão do Meio Ambiente em nosso fazer pedagógico como uma reflexão sobre o que fazer nas suas várias dimensões do processo ensino e aprendizagem.

A concentração humana e as atividades a ela relacionadas vêm provocando alterações nos ambientes naturais, onde esses recursos têm sido alvo de uma intensa utilização o que tem provocado vários impactos negativos ao meio ambiente local. Uma pedagogia que possa promover a vida deve partir da sensibilidade de cada um, para que aconteça o envolvimento na prática. Poderíamos então promover a ecologia integral, onde causaria mudanças significativas nas estruturas econômicas, sociais e culturais.

Após os estudos realizados sobre os Princípios da Ecopedagogia ou de uma Pedagogia da Terra, segundo Gadotti (2000), o princípio escolhido pelo grupo de educadores aprendentes foi o caminhar com sentido (vida cotidiana), fazendo com que nós pensássemos em elaborar projetos que sensibilizem e façam com que as crianças se motivem a colocar em prática todo o conhecimento científico construído no processo de ensino e aprendizagem.

Porém, entendemos a necessidade de usufruir dos recursos naturais, sem causar impactos, uma vez que se faz necessário para a sobrevivência do ser humano. Sabemos que é preciso retirar as árvores que tenham completado o seu ciclo de vida, para que outras plantas jovens e da mesma espécie tenham o espaço para crescer.

Outra questão é a preservação das matas ciliares e das nascentes evitando o assoreamento do leito dos rios. Como também podemos citar o reaproveitamento de lixo, como papéis, tanto para o processo de reciclagem como para a confecção de obras artísticas em sala de aula.

Escolhemos esse princípio norteador, porque o caminhar com sentido nos direciona a ter ações corretas em relação ao desenvolvimento sustentável, para que possamos melhorar o dia-a-dia do nosso fazer pedagógico em prol da melhoria de vida da humanidade e do Planeta.

A natureza, bem como a sociedade, constitui em sua totalidade a inter-relação dos seres vivos sob aspecto antológico, como incompletos, como seres de necessidades e como mortais/finito, necessitamos da inter-relação dos seres.

A ciência moderna (antropocêntrica) coloca o homem como o centro de tudo no universo, dotando de arrogância como ser superior. Essa concepção levou os seres humanos, historicamente constituídos e organizados, a desenvolverem conhecimentos tecnocientíficos em direção a um tipo de progresso desenfreado e de sentidos específicos, quantitativo, material, voltados para o mercado e que, para tanto, reduz a natureza a mera coadjuvante.

De entidade, de uma forma de vida particular, a terra é convertida apenas em fonte de recursos naturais a serviço das necessidades dos humanos. Em outras palavras, de ser vivo a

Terra Mãe/Pátria traz nas entranhas, para esse tipo de progresso, elementos e outras vidas convertidos em mercadorias no mercado interno e globalizado.

Colhemos, no início do século XXI, os frutos da perversidade, da crueldade do mundo e dos humanos. O terceiro milênio, mais do que as últimas décadas, chama por uma mudança de perspectiva. Essa seria uma das possíveis emergências do pensar ecológico que destaca-se com o objetivo de alcançar o conhecimento nas conexões existentes nos ecossistemas que articulam e estão articulados nos/com os homens.

Compreender essa diversidade exige um pensamento que supere os reducionismos da ciência clássica na produção do conhecimento sobre a natureza e sobre as relações que dela emergem. À medida que conhecemos as relações entre seres, cujas regras e categorias não são dadas, mas se estabelecem na produção das relações. Reconhecer neste contexto o que causamos ao meio ambiente nos propicia uma relação próxima com a natureza, o que nos faz entender como ela reage às agressões sofridas ao longo dos séculos.

É no cotidiano que presenciamos as pequenas ações que possam beneficiar a natureza, e dessa forma podemos colocar em prática os conhecimentos adquiridos que nos enriquecem a cada encontro, permitindo a comunicação entre os indivíduos e a ação no mundo, pois é no lugar onde vivemos e em suas particularidades que buscamos a harmonia e o equilíbrio entre o homem e natureza.

O processo de ensinar passa primeiramente pelo nosso aprender, para que depois possamos colocar em ação os ensinamentos que outrora aprendemos. Dessa forma levando em consideração as nossas próprias ações, colocamos muitas vezes o planeta e o ecossistema em risco, sendo que muitas vezes poderíamos evitar com simples ações como: jogar o lixo em lugar adequado, entre outras, saber que tudo que fazemos contra a natureza ela devolve de forma drástica e avassaladora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, o trabalho desenvolvido serve de mediação entre um processo fundamental para a superação de uma visão parcial do que seja a preservação, colocando assim nosso olhar crítico a fim de promover uma ação estratégica de intervenção na dimensão local e global das relações de forças entre o homem e a natureza, o que implicam em passar a ter uma relação harmônica de respeito com esta e com o que ela nos propicia.

Percebemos que a exploração irrefreada da natureza, tendo em vista a produção em escalas incomensuráveis de bens de consumo, é também expressão da hegemonia do princípio ordenador competitivo. A vida coletiva, inspirada nos princípios democráticos, fundamenta-se no reconhecimento recíproco e na confiança mútua, elementos que se constituem como fatores da regulação e da direção social dos interesses comuns. A cooperação, entre os membros de um agrupamento e entre os grupos sociais, implica em mudança de hábitos cotidianos, com ênfase na maior participação dos indivíduos tendo em vista a construção de relações sociais equânimes e solidárias

Dessa forma, a construção de estratégias as quais nos propomos formular irá permitir que o homem busque o que deseja e possa a partir das forças de que dispõe estabelecer um novo pensar e assim instituir uma nova relação com o meio ambiente, dentro de uma política sócio-ambiental que vise um desenvolvimento sustentável e que promova a afinidade do homem com a natureza revertendo o processo de degradação hoje vivenciado por nossa sociedade. A partir de um processo de sensibilização e socialização do conhecimento é que podemos buscar um futuro melhor para nosso planeta e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida aos seres que nela se encontram. Nesse contexto será privilegiada a concepção das relações da sociedade com a natureza para a subsistência humana, e a necessidade de superar e problematizar essa relação, incorporando paradigmas emergentes de educação ambiental.

Platão dizia que para ensinar precisamos de “Eros”, ou seja, de amor, amor pelo conhecimento, amor pela natureza, amor pelas pessoas. Se não há amor, não há ensino e nenhum resultado que o conhecimento nos proporcione é interessante. Precisamos de amor para ver o planeta terra como nossa casa. Temos aqui que nos reportar a Morin (2000), que nos diz que não há respostas prontas para esse enorme desafio epistemológico. Assim a reforma do conhecimento é um processo coletivo que necessita da cooperação de todos para preservar a saúde da terra em que habitamos.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALARCÃO, Isabel. **Formação Reflexiva de Professores**. Lisboa, Portugal: Editora Porto, 1998.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação**. Rumo a sociedade aprendente. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Cooperativa nas Organizações**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

BOCK, Ana Maria Bahia et al. **Psicologias. Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BROTTO, Fábio. **Circulando cooperação**. Santos: Projeto Cooperação, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais. O olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_ **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo; Editora Cortez, 2001.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998.

ORTEGA, Rosário; DEL REY, Rosário. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

ROGERS, Carl. Um psicólogo em defesa do aluno. **Revista Nova Escola**, nº 172, maio/2004, p. 42-44.

SEBARROJA, Jaume Carbonell (org) et al. **Pedagogias do século XX**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

## NOTAS FINAIS

---

<sup>i</sup> Pedagoga, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação pela Universidad Del Mar - Chile. Docente de cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação de Ensino Superior de Nova Mutum-MT e da Faculdade de Sinop-FASIPE-MT.

## **A GESTÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO: A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**

Janete Rosa da Fonseca – Faculdade UNINOVA – Faculdade FASIPE  
projetistadm@gmail.com<sup>1</sup>

**EIXO TEMÁTICO: Educação, sociedade e práticas educativas.**

### **RESUMO**

A presente proposta traz uma reflexão desenvolvida junto aos acadêmicos do quarto ano de Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior situada na região norte do Estado de Mato Grosso. Percebeu-se que a ementa da disciplina de Gestão do Conhecimento Pedagógico traz como tema para discussão a análise crítica e histórica da estrutura da sociedade brasileira, a compreensão da relação de poder no cotidiano escolar e suas implicações no currículo. Porém, julgou-se necessário levar os acadêmicos até o centro dessa discussão ao propor a eles que organizassem, a partir dos conhecimentos adquiridos durante a disciplina, um evento municipal envolvendo os representantes da gestão escolar para que estes, juntamente com os acadêmicos do curso, discutissem o papel do gestor e sua implicação no currículo e a produção de identidades que o currículo proporciona junto à sociedade do conhecimento

**Palavras-Chave:** Currículo. Identidade. Representações.

### **ABSTRACT**

This proposal brings to the table a discussion developed along with scholars of the fourth year of education of a higher education institution located in northern Mato Grosso. It was noticed that the menu in the discipline of Knowledge Management Education Programme has as theme for discussion, critical analysis and historical structure of Brazilian society, understanding the power relationship in the daily school curriculum and its implications. However, it was deemed necessary to take the students to the center of this issue by proposing to organize them from the knowledge acquired during the course an event involving representatives of the municipal school administration so that they and the students of the course to discuss the role of manager and their involvement in the curriculum and the production of identities that the curriculum provides with the knowledge society.

**Key-words:** Curriculum. Identity. Representations.

## INTRODUÇÃO

A poesia de Eduardo Galeano, escritor uruguaio, nos faz compreender por que nós educadores estamos sempre em busca de algo novo, de algo que possa ressignificar o currículo e suas representações junto a alunos e professores, quando ele nos diz que toda vez que caminhamos dez passos, o horizonte se afasta dez passos mais e que por mais que caminheamos nunca o alcançaremos. Assim nos parece ser a definição de currículo e o seu conseqüente entendimento por parte daqueles que deveriam entender e compreendê-lo. A escola possui uma estrutura organizacional constituída sob dois enfoques: o administrativo e o pedagógico. Por conta disso acaba se constituindo em um espaço privilegiado de convívio onde fazem parte deste convívio as relações de poder que são discutidas através da representação que este poder ocupa na discussão central do currículo, perpassando dessa forma pela construção de identidades. Dessa forma buscou-se trazer para o centro dessa discussão uma reflexão desenvolvida junto aos acadêmicos do quarto ano de Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior (IES) situada na região norte do Estado de Mato Grosso.

Baseando-se na problemática de como organizar experiências de aprendizagem para um ensino eficaz no curso de Pedagogia é que se pensou em elaborar esta proposta. Para tal entende-se que cabe aqui neste espaço retomar um pouco da história da criação do curso de Pedagogia, uma vez que assim como a legislação da Educação no Brasil apresentou vários enfoques para a definição do currículo desde a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases a lei nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961, passando pela 5692/71 de 11 de agosto de 1971 até chegar na 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, o curso de Pedagogia também sofreu inúmeras modificações em suas diretrizes curriculares nacionais.

O que não impediu que questões como a constituição de um currículo que privilegie a produção de conhecimentos significativos e o conseqüente desenvolvimento de sujeitos com consciência crítica continuasse na tônica da discussão entre pedagogos e futuros pedagogos. Neste informe de análise curricular aqui apresentado, procurar-se-á mostrar como dito anteriormente, uma breve retrospectiva histórica do Curso de Pedagogia no Brasil, uma reflexão sobre o conceito de currículo, uma abordagem sobre o significado das representações obtidas no currículo e ainda uma análise sobre cultura e identidade no espaço educativo. E ainda refletir criticamente sobre a atuação do profissional egresso dos cursos de Pedagogia e suas representações na sociedade do conhecimento.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL**

Vamos nos reportar inicialmente a Durkheim (1985, p.51), que identifica três sentidos para a noção de pedagogia: "a) a pedagogia como a arte do educador; b) a pedagogia como reflexão sobre a ação educativa; e c) a pedagogia como doutrina educacional". Para o autor, a segunda concepção é a que mais esclarece o sentido da pedagogia, que consiste, segundo ele, em certa maneira de refletir sobre as coisas da educação. Considera-se que o objeto da Pedagogia, como ciência da educação, será o esclarecimento reflexivo e transformador da práxis educativa.

Durkheim (1985) propõe a reflexão sobre as coisas da educação; pode-se ampliar a intencionalidade dessa reflexão: refletir para transformar; refletir para compreender, para conhecer e, assim, construir possibilidades de mudança das práxis. Essa mudança que se coloca em relação à definição de Durkheim se justifica, uma vez que os estudos contemporâneos sobre a formação de professores demonstram que a prática docente é uma prática sócio-histórica, que se organiza e se desenvolve através de saberes próprios que a qualificam como uma capacidade que pode ser cientificamente desenvolvida e transformada. A docência passa a ser vista para além da arte.

Com efeito, a década de 1930, esteve marcada por intensas reformas entre elas, podemos mencionar a implantação do Curso de Pedagogia pelo Decreto-Lei No. 1190, de 4 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. O Decreto instituiu o chamado "Padrão Federal", que foi adotado como modelo para os currículos básicos de todos os cursos superiores no país que tinham um duplo objetivo de formar bacharéis e licenciados para as áreas específicas e para o setor pedagógico. Assim, o licenciado em Pedagogia devia fazer o Curso de Didática que o habilitava para a docência das disciplinas específicas do Curso Normal, como também formava o "técnico em educação", o equivalente hoje ao Especialista em Educação.

O Curso de Pedagogia surgiu durante o regime autoritário e unitário conhecido como Estado Novo, período caracterizado por uma ideologia antiliberal e antidemocrática, marcada por uma política de corte fascista que pretendia eliminar todas as forças de resistência existente no país (BRZEZÍNSKI, 1996).

A partir de 1945, iniciou-se a fase de redemocratização do país, caracterizada pela pressão interna dos militares, que contou com o apoio das camadas médias e facções da classe dominante, ligadas ao capital norte-americano. Também os Estados Unidos contribuíram para impulsionar a reorganização liberal democrática, implantando-se um regime que tentou acompanhar as exigências do governo Americano, logo da Segunda Grande Guerra e a queda dos regimes totalitários.

Durante a década de 50 tanto Brasil, como o resto da América Latina iniciaram um longo processo de submissão aos interesses norte-americanos e tentaram adequar-se à expansão do grande capital estrangeiro. Sendo assim, a industrialização, e modernização dos países era o lema dos governos ditos democráticos. A burguesia nacional, representada pelos empresários, era a maior defensora da industrialização, também a classe média, e a frágil esquerda que acreditavam na necessidade de industrializar os países.

Após a Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos iniciou um extenso programa de assistência técnica aos "países subdesenvolvidos", principalmente àqueles situados na América Latina. Vale ressaltar que os acordos bilaterais assinados entre os Estados Unidos e o Brasil, imediatamente terminada a Segunda Guerra Mundial só são homologados pelo Congresso Brasileiro em 1959.

Um acordo firmado em 1957 tinha término previsto para 1964. Quando o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAE) instalou-se no Brasil, especificamente no estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 1957, no Instituto de Educação, encontrou no estado de Minas Gerais, um sistema articulado nas escolas primárias.

O PABAE foi fator importante nos estados de Goiás e São Paulo. A supervisão existente, gestada no âmbito das reformas escolanovistas de Campos, tinha como eixo de suas atividades, a escola.

Em 1958, 14 professores foram enviados à Universidade de Bloomington, estado de Indiana (EUA) para se especializarem e posteriormente fundarem em Belo Horizonte os cursos de formação de supervisores que mais tarde seriam espalhados por todo o Brasil, a partir desses professores treinados em Belo Horizonte e nos Estados Unidos.

Com a expansão da matrícula do ensino primário e do secundário, cada vez mais eram colocadas as necessidades de mudança do modelo de educação superior, dado que se revelava inadequado, tanto desde o ponto de vista qualitativo como quantitativo.

Durante mais de duas décadas o Curso de Pedagogia permaneceu no mesmo formato sendo ainda reforçado pelo Parecer 251/62 do Conselho Federal de Educação, decorrente dos postulados da Lei No. 4.024/61, que se voltava para a qualificação dos serviços educacionais.

O Parecer regulamentou o currículo mínimo do Curso de Pedagogia, porém apresentou certa ambigüidade, dado que adotou uma postura conciliatória: manifestou que para a continuidade do curso, teria que ter conteúdo próprio; e como este não apresentava conteúdos específicos devia ser extinto, porém ao mesmo tempo, supervalorizando esse conteúdo, protegendo a existência do curso. O relator do Parecer, Conselheiro Valnir Chagas, considerou conforme a experiência de países mais desenvolvidos a necessidade de elevar o nível de formação do professor através da pós-graduação nas instituições de ensino superior.

A própria LDB de 61 colocava a ênfase nos Institutos de Educação para formar professores para a escola normal "dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras" (Art. 59, parágrafo único).

Com a determinação do currículo mínimo do Curso de Pedagogia previsto no Parecer 251/62 se procurava manter uma unidade de conteúdos básicos como critério para transferências de alunos, em todo o território nacional. Mas os educadores do país foram contra este parecer devido que na verdade deixava de lado as características próprias de cada região ao unificar o currículo em nível nacional. E no Art. 52 prescreveu que o diretor de escola de 2º Grau deveria ser um "educador qualificado". Assim, os cursos de Administração Escolar e outros criados em 1946, em nível pós-normal, foram incorporados ao Curso de Pedagogia, como de curta duração.

Podemos verificar que a Lei 4.024 procurava a formação dos recursos humanos para atuarem na área de educação. Porém ela entrou no cenário brasileiro defasada historicamente, e não conseguiu acompanhar a realidade educacional. Assim, tanto os setores mais críticos e progressistas da sociedade civil como o próprio governo entendia que era necessária uma reforma dos cursos universitários, para que estivessem à altura das novas exigências da sociedade.

O Decreto-Lei no. 53 de 1966 determinou no seu Art. 4º que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das universidades fossem transformadas. Nesse contexto a United States Agency Inernacional for Development-USAID - teve um papel fundamental na implantação destas reformas na educação. Os decretos citados foram parte de uma política de doutrinação e alinhamento aos interesses norte-americanos desenvolvida durante a ditadura

militar. O Brasil percorreu toda a década de 1960 num clima convulsionado pelas lutas políticas e sociais que envolviam estudantes universitários e secundaristas, professores, trabalhadores urbanos e rurais, militares subalternos entre outros. Sendo assim, as elites brasileiras não duvidaram em apoiar todas as medidas autoritárias que garantiram a continuidade do sistema capitalista. A Reforma Universitária já era uma bandeira de luta dos movimentos estudantis, dos professores e dos dirigentes universitários desde inícios dos anos sessenta, porém a ditadura daria uma conotação muito diferente da esperada. Porém o modelo adotado pela Reforma Universitária na verdade foi marcado pela intenção de preparar técnicos, mão-de-obra qualificada para atuar no mercado de trabalho, objetivando atender ao apelo desenvolvimentista.

Conforme os supostos requerimentos do capitalismo brasileiro o governo devia investir na educação, conforme o ideário tecnicista. Dando lugar à implantação de uma política de desenvolvimento de recursos humanos, subsidiada pelos aportes teóricos dos ideais do capital humano e da modernização.

Com a Reforma Universitária constatamos um terceiro momento de reestruturação do Curso de Pedagogia. O Artigo 30 da Lei 5.540/68 estabelece que "a formação dos professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas bem como o preparo de especialistas destinados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares faz-se em nível superior".

A citada lei previa três ordens de habilitação: a) "as especialidades regulamentadas em lei, sujeita a currículo e duração mínima fixada pelo Conselho Federal de Educação" (ART. 26); b) "as outras especialidades que o Conselho Federal de Educação tinha por necessário ao desenvolvimento nacional" (ART. 260); e c) "que as universidades e os estabelecimentos isolados resolveram oferecer "para atender às experiências de sua programação específica e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional" (ART. 18).

A Reforma Universitária também determinou os currículos mínimos dos Cursos de Pedagogia que estavam constituídos por um ciclo de caráter comum formado por um bloco de conteúdos necessários para formação genérica, e um ciclo diversificado, constituídos pelas especializações, direcionado às habilitações específicas.

Através do Parecer 252/69 foram determinadas as diretrizes dos Cursos de Pedagogia e sua duração. Este Parecer determinou que após os estudos de Pedagogia, o título obtido seria de Licenciado, e ainda esclareceu que qualquer que fosse a habilitação cursada, daria o

direito aos habilitados de serem profissionais do ensino normal; incluindo-se para tal caso a disciplina Didática no ciclo comum, dado que dava um maior suporte teórico/prático ao desempenho desses profissionais.

O Parecer 632/69 estabeleceu que a formação do educador devesse dar-se em três planos: a) o das ciências básicas do homem, como fundamentação geral de todo estudo científico da educação; b) o das ciências humanas aplicadas ao conhecimento do processo educativo e assim qualificadas de educação; e c) da elaboração dos métodos e técnicas educacionais (SUCUPIRA *apud* BRZENKINSKI, 1996).

Mas apesar da grande repressão implantada pelo regime militar, a sociedade brasileira foi se organizando e resistindo aos embates contra a sociedade civil. Assim, no final da década de 70, a classe trabalhadora ameaçada começou a organizar-se através dos sindicatos e associações que foram fortalecendo as lutas sociais.

Esses movimentos passaram a se generalizar por várias categorias de profissionais, dentre elas a dos educadores que, através de suas associações, promoveram vários eventos na busca de reconquistar a sua identidade. Por outro lado muitos educadores e intelectuais progressistas iniciaram uma crítica cerrada ao sistema questionando a política educacional. Assim, os acontecimentos político-econômicos ajudaram a influenciar a formação e a prática dos Pedagogos.

Na década de 80, como consequência da ação dos movimentos sociais e da própria crise econômica foi lentamente conformando um cenário político-social que daria lugar a chamada "abertura política".

Uma vez instalada a Nova República, porém sem ter causado verdadeiras rupturas estruturais, iniciou-se um novo período democrático marcado por muitas lutas sociais e demandas insatisfeitas. Neste contexto os educadores consolidaram as suas associações de classe como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Num contexto de muito debate foram também redefinindo as diretrizes para os cursos de educação, que durante toda a década de 80 foram objeto de discussão. Trazendo para o debate a questão do papel político do educador na luta pela democratização da educação na procura de uma educação para todos e de qualidade social.

Participando neste cenário os educadores que defenderam a Pedagogia crítico-social dos conteúdos ou Pedagogia Histórico Crítica, objetivando superar as tendências tradicional e tecnicista das décadas anteriores.

## O CONCEITO DE CURRÍCULO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO EDUCATIVO

Podemos identificar seis tendências explicativas para como se formam as representações, uma delas é atividade cognitiva do sujeito, este se encontra em uma situação de interação social (dimensão contextual) ou diante de um estímulo social e então surge sua representação ou a dimensão de pertença. O sujeito é um ser social e os valores, ideias e modelos do grupo a qual pertence, bem como suas ideologias interferem em sua representação.

A representação é considerada a expressão de uma determinada sociedade. Esta ainda pode de ser vista como forma de discurso, pela situação de comunicação e pela pertença e pela finalidade dos discursos. O sujeito produz uma representação que reflete as normas institucionais derivadas de sua posição ou das ideologias relacionadas com o lugar que ocupa no espaço social.

Ainda, as relações intergrupais determinam a dinâmica das representações. O desenvolvimento das interações entre os grupos modifica as representações que os membros tem de si mesmos, de seu grupo e de outros grupos. Resumindo, o meio interfere na constituição das representações e estas representações precisam de uma consciência que as sustente.

Dessa forma, a construção coletiva das representações trata-se do processo pelo qual os diferentes grupos sociais e os indivíduos que os integram apropriam-se de forma específica a cada um deles, das informações e dos saberes sobre um determinado objeto.

Estudos de Mollo (1979) (*apud* PEDRA, 1997, p.35) atestam que as representações que alunos e professores fazem um do outro “conduzem suas relações pedagógicas”. Albert (1986) (*apud* PEDRA, 1997, p.35-36) observou ainda que “as funções do professor são potencializadas em sua eficácia quando ele é percebido favoravelmente pelo aluno”. Experiências realizadas com camundongos demonstraram que toda vez que pesquisadores eram avisados que os camundongos que seriam utilizados em determinada experiência

havia sido considerados como inteligentes, o resultado da pesquisa era de muito boa qualidade e quando os pesquisadores eram avisados de que os resultados dos testes revelaram que os camundongos haviam apresentado um resultado medíocre em termos de aprendizagem, o resultado da pesquisa era ruim, o que vem corroborar com o fato de que criamos nossas representações e acreditamos nelas e acabamos por torná-las parte integrante do currículo, a representação de aluno e a representação de professor.

## **CURRÍCULO: POLISSEMIA DE TERMOS E CONCEITOS**

O termo currículo surgiu na literatura educacional no início do século XX, nos Estados Unidos quando a industrialização toma impulso e a necessidade de mão-de-obra impõe-se de modo definitivo. O currículo escolar como os demais aspectos da vida social está impregnado e modelado por ideologias.

Durkheim (*apud* SALAZAR, 2002) destaca que as sociedades utilizam as instituições educacionais como meios de conservação do seu particular modo de existir. Ou seja, a educação deve moldar os indivíduos à imagem que a cultura de um lugar estabeleceu para seus membros.

Aristóteles nos advertiu que polissêmico quer dizer a existência de vários significados precisos, nomeados por um mesmo termo. Para Johnson (1967) (*apud* SACRISTÁN, 2000, p.112) “currículo é uma série estruturada de resultados buscados na aprendizagem”. Kearney e Cook (1969) (*apud* SACRISTÁN, 2000), dizem que currículo são todas as experiências que os estudantes desenvolvem sob a tutela da Escola. Os estudantes têm mais probabilidade de aplicar a sua aprendizagem quando reconhecem semelhanças entre situações encontradas na vida e as situações em que ocorreu a aprendizagem.

Bobbit (1971) (*apud* SALAZAR, 2002) aborda que currículo é aquele conjunto ou série de coisas que as crianças e os jovens devem fazer e experimentar a fim de desenvolver habilidades que os capacitem a decidir assuntos da vida adulta. No olhar de John Dewey (1978) (*apud* MOREIRA, 1999) o currículo são sinalizações para mostrar ao mestre quais são os caminhos abertos para a criança. E Stenhouse (1995) diz que é um intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa de tal forma que fique aberta ao exame crítico e possa ser traduzida efetivamente para a prática. Seria contraproducente optar por uma

das tantas definições, supondo com isto dar por esclarecido o que é currículo. Para sintetizar todos os conceitos podemos dizer que currículo é a representação da cultura escolar.

Entre currículo e cultura escolar existe um vínculo insolúvel e que o currículo é uma representação da cultura. As revisões do estado e da arte das produções teóricas sobre currículo não conduzem a um consenso definitivo do que é currículo. Definem apenas os horizontes históricos nos quais o currículo (conceito e prática) foi interpretado e compreendido. Para Bourdieu e Passeron (*apud* PEDRA, 1997, p.47) “as formas das desigualdades sociais e o modo de reproduzi-las no currículo estão representadas de forma veemente”

## **IDENTIDADES DE GÊNERO: CONSTRUÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS**

Historicamente a sociedade delimita os papéis a serem assumidos por homens e mulheres, determinando seus modos de agir, pensar e comportar. De um lado encontram-se os homens detentores de conhecimento, coragem e força. De outro, estão às mulheres com sua sensibilidade, delicadeza e beleza. Percebe-se assim, que estes “atributos” masculinos e femininos estão enraizados na cultura e introjetados no ser humano de tal modo que aparentam fazer parte da “natureza humana”. A dicotomia entre corpo e alma, razão e emoção perpassa a história do conhecimento e reforça o reducionismo da mulher a sensibilidade, a fraqueza, a frigidez. A alma não apenas se distingue do corpo, como também está ligada tradicionalmente a racionalidade, ao universal, ao masculino. O corpo físico encontra-se associado à sensibilidade, ao particular, ou seja, ao feminino. O pensamento que continua vigorando é de que à mulher é permitido uma mente e um corpo, mas não os dois simultaneamente. Assim, ela jamais produziria a razão, pois já possuía a beleza.

Sob essa ótica a sociedade foi construindo uma cultura negativa do ser feminino que se baseia no entendimento segundo o qual as “deficiências”, “limitações” e a própria inferioridade da mulher decorrem de sua própria natureza, ou seja, a condição inferior da mulher é vista como algo natural e, portanto, imutável.

É na família que as identidades de gênero são constantemente produzidas. Orientam-se os comportamentos adequados, modos de agir, de se vestir a fim de se “enquadrar” nos parâmetros da sociedade. Os comportamentos que forem diferentes desta visão são interpretados como desvios e anormais. Aliado a isso está a Escola que, assim como a família

é uma instituição inscrita nesta ordem social, “ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (LOURO, 1997, p.58). Poderíamos nos questionar: mas a Escola não é um espaço de saber, de construção do conhecimento? De certa forma sim. No entanto, para termos uma melhor compreensão, é importante termos presente que as mulheres não pertenciam inicialmente a essa história de acesso ao saber. A identidade e a diferença não são dadas pela natureza, mas cultural e socialmente produzidas, problematizando mudanças. Através de nossos posicionamentos e identificações vamos construindo a nossa identidade, permeados por relações sociais e culturais, ou seja, “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2000, p.76).

É fundamental a compreensão de que assim como a família e a sociedade, a Escola através dos conteúdos e proposta pedagógica presente nos currículos também produz cultura e esta cultura impõe valores e modos de ser e agir, ou seja, educa e molda novas identidades. Sendo assim, no meio educacional, a compreensão de que homens e mulheres são seres humanos diferentes, mas não desiguais é essencial para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico, onde as meninas e meninos de todas as etnias possam perceber que é possível conviver harmoniosamente num mesmo espaço educativo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Conscientes das discussões que vem sendo levantados nas Escolas em relação à importância de incluir nos currículos escolares conteúdos mais globalizados e a utilização do avanço tecnológico, os acadêmicos do Curso de Pedagogia realizaram durante 30 dias leituras sobre autores que embasariam a discussão proposta sobre currículo e ainda organizados em seis grupos sendo que dois grupos leram e apresentaram para os demais colegas de sala suas reflexões acerca do currículo, outros dois grupos leram sobre as questões de gênero, buscando os referenciais de Simone de Beauvoir. E ainda para que todas as temáticas que envolvem essa discussão fossem privilegiadas, outros dois grupos leram, apresentaram e promoveram a discussão em classe da temática apresentada por Hall (2006). Após a realização de todas as leituras e apresentações utilizando como instrumento de debate a mesa redonda, os acadêmicos elencaram as questões que seriam dirigidas aos representantes da gestão escolar

do Município de Lucas do Rio Verde – MT. As questões escolhidas pelos acadêmicos respeitaram os princípios utilizados de produção do conhecimento atuando os docentes realmente como mediadores do processo. Colocadas em fichas, as questões foram trabalhadas novamente pelos acadêmicos. Todos participaram ativamente, sendo que cada grupo responsabilizou-se por um aspecto da organização do evento, desde a busca de apoio financeiro através de patrocínios, passando pela decoração do local, equipamento de som, convites a imprensa local, autoridades e interessados na discussão sobre a gestão e o currículo. Para que fosse ressaltado o caráter transdisciplinar da proposta, foi desenvolvido ainda um estudo sobre as mais diversas formas de organizar-se um evento acadêmico científico envolvendo a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica. Foram trabalhadas as modalidades de seminário, fórum, simpósio e painel, sendo que os acadêmicos optaram por esta última modalidade. Participaram do evento autoridades educacionais locais, autoridades do município vizinho e sede da IES, Nova Mutum, e ainda alunos do Ensino Médio Integrado da Escola Estadual Dom Bosco, que realizaram apresentações artísticas referentes à produção de identidades e as relações dessa produção com o currículo e sua implicação na gestão Escolar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após a realização do evento, houve em sala um debate visando analisar aspectos positivos e/ou negativos da realização desse tipo de discussão, com o intuito de rever possíveis falhas para que os futuros gestores tenham no futuro familiaridade com a organização desse tipo de discussão que caracteriza a verdadeira gestão democrática onde todos têm espaço para expor suas ideias sobre as mais variadas temáticas. Só há possibilidade de existir uma educação democrática se a mesma for realmente entendida como um direito de todos e se for proporcionada de maneira em que o cidadão sintam-se apto a enfrentar desafios e liberdade de expressão. Entretanto, analisando as diversidades culturais constata-se que enquanto políticas educativas favorecerem a poucos não existirá uma democratização do conhecimento, visto que uma vez que o aluno, mais especificamente o aluno dos Cursos de Pedagogia, tenha uma educação com qualidade e equidade terá condições de interferir positivamente na sociedade.

A escola encontra-se desafiada a transformações, a construir de fato identidades através de conhecimentos significativos, porém ainda amarrada a burocracias, demandas e documentos que a impedem de tomar uma postura que mostre sua verdadeira identidade. Apesar de a escola ser gestora do conhecimento, a diversidade de enfoques a torna impotente nos seguimentos curriculares. Diante disso indaga-se: até que ponto a educação pode ser vista como de qualidade e um direito de todos? Será que a Escola está realmente preocupada em transformar, em ressignificar os currículos? Qual a efetiva participação dos Cursos de Pedagogia nessa proposta de transformação? É muito difícil para uma sociedade consciente calar-se diante de tantos anseios, fingirem que está bom como está e não mobilizar-se diante destas questões. É preciso que os cursos de Pedagogia tragam para o centro da sociedade essas discussões, que envolvam as famílias e que levem o que é discutido em sala de aula para além dos muros das Instituições de Ensino Superior. Através da Educação não se pode mudar totalmente os problemas que interferem no resultado de nossas ações pedagógicas, contudo, podem-se desenvolver mentes críticas na intenção de que cada uma dessas mentes exerça seu verdadeiro papel e construa um currículo carregado de significados e que respeite as diversidades culturais existentes em nossa sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da Identidade está sendo extensamente discutido na teoria social, o Curso de Pedagogia é, sem a menor dúvida, o lugar perfeito para que se produzam estas discussões, até mesmo por que se faz urgente discutir a identidade do Curso de Pedagogia no Brasil, pois apesar das diretrizes curriculares nacionais, temos uma identidade para cada região do Brasil.

Após a exposição das temáticas sobre currículo, identidade, representação e um breve revisitar da história do Curso de Pedagogia no Brasil, acreditam-se que fica evidente a importância de se conduzir tais discussões junto aos acadêmicos do referido curso, uma vez que para quem quer verdadeiramente fazer educação, e educação com qualidade e equidade, deve preocupar-se com a discussão destes temas que permeiam nosso cenário educacional.

Percebe-se a necessidade latente de abordar o currículo e suas representações, pois essa discussão não é nova e nem antiga, podemos dizer que ela é urgente e necessária, para que se possam instrumentar os futuros profissionais da Educação e confrontá-los com os referências daqueles que hoje estão à frente de nossas Escolas como gestores, ou seja,

conduzindo processos pedagógicos, atuando junto à produção de identidades e explícita ou implicitamente através de mecanismos de classificação proporcionando diferentes representações dos mesmos sujeitos.

Podemos citar aqui Gracia (1988) (*apud* MOREIRA, 1999, p. 76) quando nos diz que “sempre vemos o novo através de lentes antigas, deformando-o o suficiente para integrá-los em esquemas que nos são familiares”. A discussão sobre currículo urge em nossos cursos de Pedagogia e a consequente definição de qual identidade quer definir como sendo a verdadeira representação dos Pedagogos do Brasil. Por que como nos diz Hall (*apud* SILVA, 2006, p. 9) “o próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido para ser definitivamente posto a prova”.

Devemos ter isso em mente quando nos propomos a discutir a necessidade e o impacto de uma mudança necessária nos conhecimentos e nos sujeitos que esses conhecimentos vêm produzindo.

## BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Lei que fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 53/66, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer 251 de 1962 que estabelece o currículo mínimo do curso de pedagogia, uma primeira redação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer 252 de 1969 que estabelece o currículo mínimo do curso de pedagogia.
- BRASIL. Decreto-lei 1190/39, que cria a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras.

- BRZESINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimentos.** Campinas/SP: Papirus, 1996.
- DURKHEIM, E. **Éducation et Sociologie.** Paris. PUF, 1985.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DPA Editora, 2006.
- LOURO. G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: Políticas e práticas.** Campinas/SP: Papirus, 1999.
- PEDRA, José Alberto. **Currículo: Conhecimentos e suas representações.** Campinas/SP: Papirus, 1997.
- SACRISTÁN, Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SALAZAR, Leopoldo Briones. Demandas de la sociedad Del conocimiento a la gestión del currículum escolar. **Revista Digital UMBRAL 2000**, nº. 10, Septiembre/2002, p. 1-24.
- SILVA, Tomas Tadeu da. **Documento de identidade: uma introdução as teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- STENHOUSE, Lawrence. **As pedagogias do século XX.** Porto Alegre: Artmed, 1995.

## NOTAS FINAIS

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação pela Universidad Del Mar - Chile. Docente de cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação de Ensino Superior de Nova Mutum-MT e da Faculdade de Sinop-FASIPE-MT.



# Câmara Municipal de Sorriso

## ESTADO DE MATO GROSSO

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

### PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER Nº 238/2010.

DATA: 29/11/2010.

ASSUNTO: MOÇÃO Nº 068/2010.

SÚMULA: CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSO A PROFESSORA MESTRA EM EDUCAÇÃO JANETE ROSA DA FONSECA.

RELATOR: LUIS FABIO MARCHIORO.

**RELATÓRIO:** Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, os membros da Comissão de Justiça e Redação se reuniram nas dependências da Câmara Municipal de Sorriso, para exarar parecer sobre a MOÇÃO Nº 068/2010, cuja Súmula: CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSO A PROFESSORA MESTRA EM EDUCAÇÃO JANETE ROSA DA FONSECA. Após analisar o mérito da questão este relator, nomeado ‘ad hoc’, é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanha o voto a Presidente, vereadora Professora Marisa e o membro vereador Chacrinha.

Professora Marisa  
Presidente

Luis Fabio Marchioro  
Relator nomeado ‘ad hoc’

Chacrinha  
Membro



# Câmara Municipal de Sorriso

## ESTADO DE MATO GROSSO

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

**PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DE TÍTULOS, COMENDAS E MOÇÕES.**

**PARECER Nº 076/2010.**

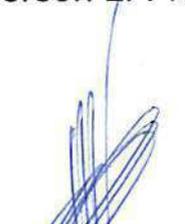
**DATA: 29/11/2010.**

**ASSUNTO: MOÇÃO Nº 068/2010.**

**SÚMULA: CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSO A PROFESSORA MESTRA EM EDUCAÇÃO JANETE ROSA DA FONSECA.**

**RELATORA: ROSEANE MARQUES DE AMORIM.**

**RELATÓRIO:** Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, os membros da Comissão Especial de Títulos, Comendas e Moções se reuniram nas dependências da Câmara Municipal de Sorriso, para exarar parecer sobre a MOÇÃO Nº 068/2010, cuja Súmula: CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSO A PROFESSORA MESTRA EM EDUCAÇÃO JANETE ROSA DA FONSECA. Após analisar o mérito da questão esta relatora é favorável a sua tramitação em Plenário. Acompanha o voto o Presidente, vereador Vanzella e o membro vereador Gerson L. Francio – Jaburu.

  
Vanzella  
Presidente

  
Roseane Marques de Amorim  
Relatora

  
Gerson L. Francio - Jaburu  
Membro



# Câmara Municipal de Sorriso

## ESTADO DE MATO GROSSO

"Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio"

REQUERIMENTO N.º 0179/2010



VEREADORES ABAIXO ASSINADOS com

fulcro no Inciso IV do Artigo 161 do Regimento Interno, no cumprimento do dever e considerando que se faz necessário a tramitação em Regime de Urgência OS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO N.ºS 09/2010 E 010/2010 E AS MOÇÕES N.ºS 065/2010 À 070/2010, **REQUEREM** a Mesa ouvido o Soberano Plenário, a dispensa das exigências regimentais, para inclusão na Ordem do Dia e deliberação em única votação os Projetos de Decreto Legislativo 09/2010 e 010/2010 e as Moções n.ºs 065/2010 à 070/2010.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado do Mato Grosso, em  
29 de novembro de 2008.